

POVOS VEREDEIROS E TERRITÓRIOS EM DEVIR: QUANDO O TERRITÓRIO TRADICIONAL SE ENCONTRA EM RUÍNAS

Breno Trindade da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais | Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Submissão: 31/08/2024 | Aprovação: 01/07/2025.

RESUMO

Este trabalho analisa as relações ecológicas e as estratégias políticas das comunidades veredeiras do norte de Minas Gerais diante dos processos históricos de expropriação e degradação territorial vivenciados nas últimas décadas. Localizadas nos grandes planaltos sanfranciscanos desde, ao menos, o século XIX, essas comunidades constroem sua identidade a partir de vínculos ecológicos com as veredas – ecossistemas fundamentais para a rede hídrica regional – e do manejo interdependente dos diversos ambientes que compõem seu território. Com base nos eventos que marcam a memória coletiva, o estudo discute os principais fatores que conformaram o atual quadro de degradação ambiental, com destaque para a implementação de políticas da Revolução Verde, que, a partir da década de 1970, possibilitou a entrada de empresas agroindustriais na região. Esse processo resultou em profundas alterações ecológicas e fundiárias, culminando no que denomino “evento-catástrofe”: uma perturbação prolongada que desestruturou em larga escala as dinâmicas tradicionais de relação com o território. O objetivo do trabalho é refletir sobre as formas de resistência e reorganização sociopolítica promovidas por essas comunidades diante da destruição de seus mundos, com destaque para a criação de alianças e redes que projetam um território em devir.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Ecologia; Conflitos ambientais; Ambientes-ruínas e territórios em devir.

VEREDEIRO PEOPLES AND EMERGING TERRITORIES: WHEN TRADITIONAL LANDS LIE IN RUINS

PUEBLOS VEREDEIROS Y TERRITORIOS EN DEVENIR: CUANDO EL TERRITORIO TRADICIONAL SE ENCUENTRA EN RUINAS

ABSTRACT

This paper analyzes the ecological relationships and political strategies of the veredeiro communities in northern Minas Gerais in response to the historical processes of land expropriation and territorial degradation experienced over the past decades. Located in the high San Francisco plateaus since at least the 19th century, these communities build their identity through ecological ties with the veredas—wetland ecosystems fundamental to the regional water network—and through the interdependent management of the various environments that compose their territory. Drawing on events that shape collective memory, the study examines the main factors that led to the current state of environmental degradation, highlighting the implementation of Green Revolution policies which, starting in the 1970s, enabled the expansion of agro-industrial enterprises in the region. This process resulted in profound ecological and land-use changes, culminating in what I refer to as a

RESUMEN

Este trabajo analiza las relaciones ecológicas y las estrategias políticas de las comunidades veredeiras del norte de Minas Gerais (Brasil) frente a los procesos históricos de expropiación y degradación territorial vividos en las últimas décadas. Ubicadas en los grandes planaltos sanfranciscanos desde, al menos, el siglo XIX, estas comunidades construyen su identidad a partir de vínculos ecológicos con las veredas –ecosistemas fundamentales para la red hídrica regional– y del manejo interdependiente de los diversos ambientes que conforman su territorio. A partir de los eventos que marcan la memoria colectiva, este estudio examina los principales factores que dieron lugar al actual escenario de degradación ambiental, con énfasis en la implementación de las políticas de la Revolución Verde que, desde la década de 1970, permitieron la entrada de empresas agroindustriales en la región. Este proceso resultó en profundas transformaciones ecológicas y agrarias en lo que denomino un “evento-catástrofe”:

“catastrophic event”: a prolonged disturbance that broadly dismantled traditional modes of relating to the territory. The aim of this work is to reflect on the forms of resistance and reorganization developed by these communities in the face of the destruction of their worlds, with emphasis on the creation of alliances and networks that project an emerging territory.

Keywords: Traditional communities; Ecology; Environmental conflicts; Ruined environments and emerging territories.

una perturbación prolongada que desestructuró en gran escala las dinámicas tradicionales de relación con el territorio. El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre las formas de resistencia y reorganización promovidas por estas comunidades ante la destrucción de sus mundos, destacando la creación de alianzas y redes que proyectan un territorio en devenir.

Palabras clave: Comunidades tradicionales; Ecología; Conflictos ambientales; Ambientes arruinados y territorios en devenir.

1. INTRODUÇÃO

Para discutir a experiência veredeira e seu processo de organização política por meio dos seus vínculos ecológicos com ambientes específicos, compreendo que se faz necessário o conhecimento não só do presente etnográfico, mas dos diferentes processos e articulações sociopolíticas que formaram o atual contexto em que esses grupos estão imersos. As comunidades veredeiras emergem, inicialmente, do cenário político local e, posteriormente, do cenário estadual, nacional e internacional, em resposta aos complexos conflitos fundiários e ambientais vivenciados nas últimas décadas. A inserção em uma rede colaborativa, na qual diferentes agentes da sociedade civil e do poder público se articulavam frente às novas formas de políticas públicas¹ que estavam sendo gestadas desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Poder Executivo nacional, no ano de 2003, possibilitou que comunidades da região norte de Minas Gerais se repensassem dentro do seu próprio contexto político e ambiental.

Desse ponto de vista, o debate apresentado tem como base a pesquisa realizada no norte de Minas Gerais entre os anos de 2017 e 2023, para doutoramento no Programa de Pós-Graduação em

Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Nota-se que a referida região abarca importante rede de pesquisadores e grupos organizados politicamente que, nas últimas décadas, vêm contribuindo com importantes pautas ambientais/ecológicas, sociais, de convivência com o semiárido e garantia de direitos no contexto de povos e comunidades tradicionais. Nesse cenário destaca-se o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), entidade que atua desde a década de 1980 na área da agroecologia e implementação de tecnologias sociais; o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (NIISA-Unimontes), que nas últimas décadas tornou-se referência na produção de trabalhos técnicos e produção acadêmica engajada; e a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, organização que congrega o conjunto dos oito povos do norte de Minas e Alto Jequitinhonha, sendo eles: povos indígenas Xakriabá e Tuxá, comunidades quilombolas, além de um número ainda desconhecido de comunidades geraizeiras, vazanteiras, catingueiras, veredeiras, apanhadores de flores e, mais recentemente, vacarianas. Trata-se de uma rede de articulação política e social que,

¹ Destaque aqui para o Decreto nº 4887/2003, que trata da regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, e o Decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

por meio de ações colaborativas com instituições parceiras, busca incidir regionalmente tendo como base uma agenda compartilhada de demandas, principalmente de reivindicação e regularização dos territórios tradicionalmente ocupados. Desde 2017, as comunidades veredeiras passaram a integrar a Articulação Rosalino, convertida em um espaço fundamental de elaboração política, sendo que foi por meio dela que iniciei os primeiros contatos com as lideranças veredeiras e passei a integrar sua rede de colaboradores.

Os dados aqui apresentados decorrem de incursões de campo que se iniciaram em 2018 e se estendem até hoje, visto que, desde então, venho atuando enquanto colaborador dessa rede política e de pesquisadores que atuam diretamente nos principais conflitos ambientais identificados.

Tomamos como estratégia metodológica, inicialmente, a pesquisa documental em cartórios, igrejas, arquivos públicos, uma vez que muitos dos conflitos têm como origem processos de expropriação fundiária; levantamento genealógico, onde tivemos condições de acessar a memória das comunidades e seu envolvimento técnico e prático com seus ambientes, e, com destaque, o trabalho de campo, tendo como

principal pressuposto a etnografia, entendida aqui nos moldes do que Mariza Peirano (2009) tratou não como metodologia, mas sim com a própria teoria vivida. Nesse contexto, as horas de conversa, acompanhamento e envolvimento nas atividades laborais, religiosas e cotidianas, associando etnografia com a produção de imagens fotográficas, realização de cartografia social e, ao mesmo tempo, engajamento político no tocante da agenda dessas comunidades, como discutido por Tim Ingold (2016), culminou na construção de informações a várias mãos e na elaboração de definições construídas a partir do sistema de conhecimento tradicional local, nos moldes tratados por Manuela Carneiro da Cunha (2012).

As comunidades veredeiras aqui pesquisadas estão situadas à margem esquerda do rio São Francisco e se espalham pelos “planaltos sanfranciscanos” desde pelo menos meados de 1850, de acordo com os levantamentos genealógicos feitos entre as famílias locais e levantamentos cartoriais referentes à documentação e divisão fundiária da região². Tal área configura-se como uma extensa rede de drenagem formada por planícies fluviais, veredas que são o berço de centenas de riachos, ribeirões que alimentam

2 O cartório de registro civil de Januária, base das pesquisas documentais, leva o nome de Cartório Mario José Lisboa, que foi prefeito de Januária por vários mandatos: 1946-1947; 1948-1951; 1955-1958 e 1967-1970, o que demonstra o envolvimento da elite política local com a dinâmica fundiária do município.

as sub-bacias dos rios Pandeiros e Pardo, que, por sua vez, vão desaguar nas planícies do São Francisco, convertendo-se em importante núcleo

para o equilíbrio hidrológico como área de recarga dos aquíferos da região – Urucuia-Areado (Agência Nacional das Águas, 2005).

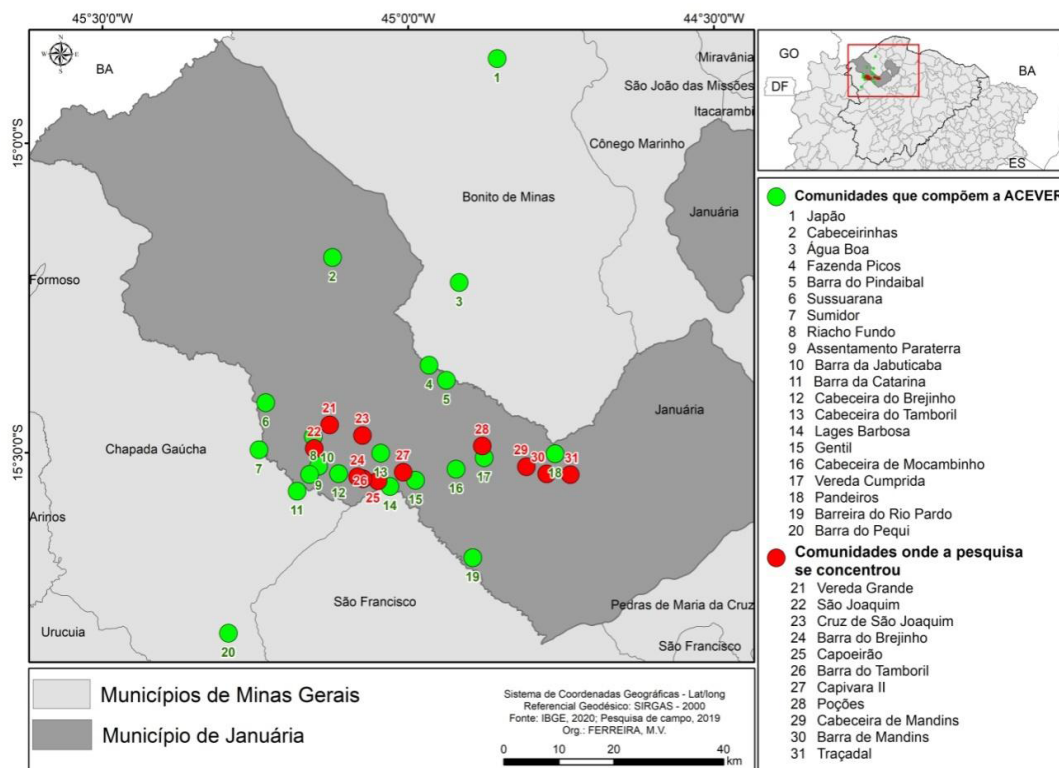


Figura 1 – Localização das comunidades veredeiras.

No período da pesquisa, um total de 31 comunidades se identificavam enquanto povos veredeiros, espalhadas nos municípios de Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco, Cônego Marinho e compunham a rede comunitária da Associação Central Veredeira (Acever). Desse total, busquei aprofundar o trabalho de campo em 11 comunidades, como pode se observar na Figura 1.

Fato importante a ser considerado refere-se à impossibilidade de se trabalhar exclusivamente

com uma única comunidade, pois, diferentemente do contexto quilombola – no qual as pesquisas e trabalhos técnicos são focados, em sua grande maioria, em uma única comunidade ou em um conjunto reduzido de comunidades –, no caso dos grupos do norte, que passam a se reconhecer como “povo do lugar”, tal recorte se mostra ineficaz.

Ao analisarmos os contextos etnográficos por nós trabalhados, devemos ter como base os processos históricos que culminaram na conceitualização da

própria categoria “populações residentes/povos/comunidades tradicionais”³ e as especificidades do contexto no qual estamos inseridos, pois, ainda hoje, os desdobramentos sociopolíticos, engendrados por um arcabouço legal que estruturou políticas públicas para esses segmentos, atrelado aos vínculos estabelecidos entre organizações da sociedade civil e grupos sociais imersos nessa arena, trazem novos contornos. Também devemos destacar que, ao mesmo tempo em que possuem vínculos com os debates supracitados, tais segmentos organizados apontam para novos caminhos políticos, conceituais, paradigmáticos e ecológicos, tendo em vista a crise ambiental que tensiona a própria existência da sociedade humana, como já destacou Elizabeth Kolbert (2015).

Divido o presente trabalho em duas partes. Primeiramente tratarei sobre os vínculos ecológicos que estruturam as relações das famílias veredeiras com seu território/ambiente. Importante elemento de construção desses vínculos e diferenciações está na relação estabelecida com o ambiente de pertencimento, conjuntamente com os processos sociopolíticos experimentados no decorrer do tempo. Tomo o cuidado de não limitar esse vínculo a regionalismos ou determinismos geográficos, uma vez que o ecossistema das veredas tem

centralidade na paisagem em questão, estruturando as dinâmicas hídricas, relações produtivas e fluxos ecológicos, porém, os usos e práticas não se limitam a ele. Assim, o sistema de classificação local desses ambientes é o que dá base para suas construções identitárias, existenciais e, conseqüentemente, reivindicações políticas.

Como segundo ponto, busco analisar o ambiente/território veredeiro a partir das temporalidades que marcam a memória local, formam o entendimento sobre o espaço e instigam as atuais emergências políticas. Evidencio que tal contexto não deve ser percebido como uma tradicionalidade vinculada às práticas do passado ou que são simplesmente passadas de geração em geração, quase como uma herança genética. Ao contrário, trata-se de processos criativos dados no presente, atravessados por diferentes fluxos de conhecimentos, associados a uma possibilidade de construção de futuro, principalmente no tocante à reivindicação fundiária, que trato como territórios em devir, inspirado por Isabelle Stengers (2015), visto que as áreas reivindicadas se encontram fortemente perturbadas em decorrência de manejos desastrosos oriundos de projetos de desenvolvimentos implementados de forma catastrófica na região.

3 Tive oportunidade de discutir o tema em Silva (2022).

2. AMBIENTES/TERRITÓRIOS E IDENTIDADES ECOLÓGICAS

Inicialmente, quando passo a acompanhar a participação vereadeira no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2018, o entendimento amplo que se tinha era que aquelas comunidades se definiam pelo seu vínculo e localização direta junto às veredas. Isso ocorre, em grande medida, pela construção histórica que sedimentou tal percepção.

Os estudos sobre os povos que habitam e/ou fazem uso dos diferentes sistemas ambientais presentes na bacia do rio São Francisco são localizados, ao menos, desde os anos 1950. Diferentes autores atentaram para as formas de classificação do Outro ou autorreconhecimento das populações locais em relação ao seu ambiente. Ladeira (1951 citado por Dayrell 1998), “impressionado com as vastidões ‘incultas’ no Norte de Minas”, documentou a variedade de pequenos núcleos de populações, no interior das regiões do vale do São Francisco, com denominações próprias, conforme a região habitada – chapadeiros, campineiros, barranqueiros ou vazanteiros. Por sua vez, Donald Pierson (1972), ao pesquisar os diversos agrupamentos sociais que habitavam o vale do rio São Francisco, na década de 1950, diferenciou as “gentes” vereadeiras das “gentes” geralistas. De acordo com o autor, os vereadeiros são aqueles que habitam as veredas da Caatinga, cuidam de pequenas roças ao longo dos cursos de água, onde podem ser

tiradas maiores vantagens dos recursos do habitat, abatem a caça, colhem mel e frutas silvestres e usam o buriti na construção de abrigos, como alimento e na fabricação de utensílios e chapéus. Alguns deles trabalham como vaqueiros empregados pelos grandes senhores de terras. Por sua vez, os geralistas, ou habitantes das imensas campinas, têm na caça e agricultura seu principal sustento, pois os enormes areiões, predominantes na paisagem, apresentam-se quase sempre estéreis. À época, suas cabanas eram feitas de buriti, sendo que alguns habitantes locais eram mangabeiros, pois faziam longas jornadas pelos Gerais em busca de látex, usado na fabricação da borracha (Pierson, 1972: 12-13, 77).

Por sua vez, Mônica Nogueira (2017) argumenta que, no oeste da Bahia e noroeste de Minas Gerais, é comum que aqueles grupos sociais que habitam as áreas ao redor de veredas e brejos sejam chamados de vereadeiros e/ou brejeiros, por justamente viverem próximos às veredas e brejos e deles se utilizarem para agricultura e para o extrativismo. Chama a atenção da autora uma possível “continuidade cultural” desses grupos com relação àqueles geraizeiros do norte de Minas Gerais, por ela estudados, e aos lavradores do Vale do Jequitinhonha, descritos por Galizoni (2000). Sustenta que, apesar de pequenas variações, esses grupos trazem grande semelhança em seus processos de territorialização, nas formas de

organização social, no modelo de natureza, entre outros aspectos (Nogueira 2017: 85).

Sobre esse ponto de vista vale se atentar para o fato de que, ao tratarmos dos diferentes povos que habitam os variados gradientes que compõe os “gerais”⁴, estamos falando de áreas que englobam não somente o Cerrado, mas também a Caatinga, Mata Seca e tantas outras variações percebidas por esses, como os tabuleiros, chapadas, veredas, campinas, mata seca, vazantes, carrasco, que podem, em alguns casos, estarem presentes em ambos os biomas. No entanto, em se tratando de biomas e ecossistemas, observa-se uma interpenetração de diversos componentes fitogeográficos nos territórios dos diferentes povos. O argumento de Nogueira sobre uma “continuidade cultural” entre esses grupos mostra-se importante de ser notado. Todavia, ao acompanhar os debates em que esses diferentes segmentos estão presentes, parece evidente o compartilhamento de uma única linguagem, a do “gerais”, estruturada a partir dos diferentes ambientes que compõem esse mundo. Mas acredito que o tamanho da semelhança seja o mesmo da diferença. Há

especificidades muito marcadas que estruturam as fronteiras ambientais, classificações ecológicas e simbólicas desses grupos.

Quando reflito sobre as relações estabelecidas entre esses entes que compõem determinados ambientes, tomo como argumentação as problematizações de Richard Lewontin (2002[1998]) e Tim Ingold (2004). Lewontin lança luz sobre as complexas relações entre ambiente e aqueles viventes que o habitam, apontando que a ontogenia⁵ de um organismo é consequência da interação entre seus genes, a relação temporal dos ambientes externos que ele habita e uma série de eventos aleatórios de interações moleculares que ocorrem a nível celular de cada indivíduo. Dessa forma os organismos são formadores de seus próprios ambientes, do mesmo modo que os ambientes formam as especificidades dos seus organismos. Sendo assim, a identidade veredeira deve ser percebida através das relações estabelecidas com os ambientes vividos, não reduzindo esse espaço única e exclusivamente à institucionalidade de um recorte territorial e/ou político.

Complementarmente, Tim Ingold (2004) argumenta que as abordagens ecológicas não devem ser reduzidas a organismos e ambientes

4 O termo “gerais” é utilizado desde o Brasil colônia e se refere às vastas paisagens de campos que se estendem de norte a sul do país, coincidindo muitas vezes com áreas do bioma Cerrado. Foi nomeada pelas bandeiras paulistas em contraste à Mata Atlântica, onde se concentravam as primeiras ocupações coloniais.

5 Ontogênese: desenvolvimento de um indivíduo desde a sua geração até seu estado adulto.

como elementos distintos, mas percebidas como constituidoras da fundação existencial a partir da qual organismos crescem. Do mesmo modo, não podemos conceber como elementos distintos a noção de organismos e pessoas, ao contrário, trata-se de entidades substantivas situadas dentro de um campo ilimitado de relações, no qual o crescimento está em curso. Defende o autor que as relações ecológicas não devem ser reduzidas à interação entre uma coisa e outra, como formas distintas, mas sim como relações sociais cujos organismos-pessoas estão mutuamente implicados no surgimento uns dos outros. Nesse mesmo sentido, Anna Tsing (2019), ao utilizar o conceito de paisagem, que aqui interpretamos como ambiente, o define como um conjunto de sedimentos concretos de fluxos vitais, condições atmosféricas, sonhos, memórias e representações manifestas num dado espaço axial para grupos humanos e não humanos.

Desse modo, enquanto para indígenas e quilombolas a forma de reconhecimento se dá por meio dos elementos diferenciadores étnicos e étnico-raciais, respectivamente, no caso de determinados povos e comunidades tradicionais, entre elas as veredeiras, os elementos ecológicos são determinantes para o entendimento dessas identidades. Tratando dos nominalismos que surgem a partir das transformações dos estudos de campesinato, Mauro Almeida chamará a atenção para

a situacionalidade de cada contexto de emergência de identidades menos substantivadas e mais fragmentadas. O autor abordou tais emergências como identidades em devir, dessubstancializadas, diaspORIZADAS (Almeida 2007: 174).

Por outro lado, mesmo as regiões de veredas se expandindo para além de Minas Gerais em sentido sudoeste de Goiás, em direção a norte e a leste (Barbosa 1995), onde outras comunidades estabelecem relações com esse ecossistema, não necessariamente são ou manifestarão a identidade veredeira da forma que passamos a reconhecer nos últimos anos. A experiência vivida pelos grupos do norte mineiro se insere em um contexto sociopolítico específico, onde o ambiente é central, mas é uma parte das diferentes variáveis que compõem a reivindicação de uma dada identidade. Nesse sentido, há uma grande diferença entre algumas classificações que tendem a reduzir os “veredeiros”, como aqueles que vivem na e da vereda, da presente proposta que objetiva perceber os “veredeiros” a partir da complexidade dos usos de diferentes ecossistemas que compõem o seu ambiente, que não se reduz às veredas, e do caráter situacional, social e político de sua reivindicação identitária.

Os diversos núcleos habitacionais que formam as distintas comunidades veredeiras estão sempre próximos à segurança de algum curso ou manancial d’água, seja córrego, vereda, olho d’água ou brejo,

que, por sua vez, irá nomear cada comunidade em relação à sua posição no curso d'água. Apesar de as áreas de sertão estarem sempre associadas à seca, incluindo Januária-MG, que compõe a região do semiárido da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), as comunidades veredeiras têm como principal marcador ambiental as águas tanto nos nomes de cada comunidade quanto na extensa rede hídrica que compõe seu ambiente.

Por meio da cartografia social, que serviu como método para compreender o ambiente veredeiro, percebeu-se que a forma de organização

e classificação desses ambientes ocorre por meio das dinâmicas das águas. Sempre que buscava um ponto de referência em um dado espaço, os elementos acionados eram sempre cursos d'água. Dessa maneira, a cartografia social veredeira culminou em um levantamento exaustivo de todos os rios, córregos, veredas e ribeirões feito a partir do cruzamento das informações da cartografia social com o banco de dados da rede hidrográfica disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitindo chegar a um total de 127 corpos d'água, o que tratei, baseado em Rutgerd Boelens (2016), como hidroterritório veredeiro.

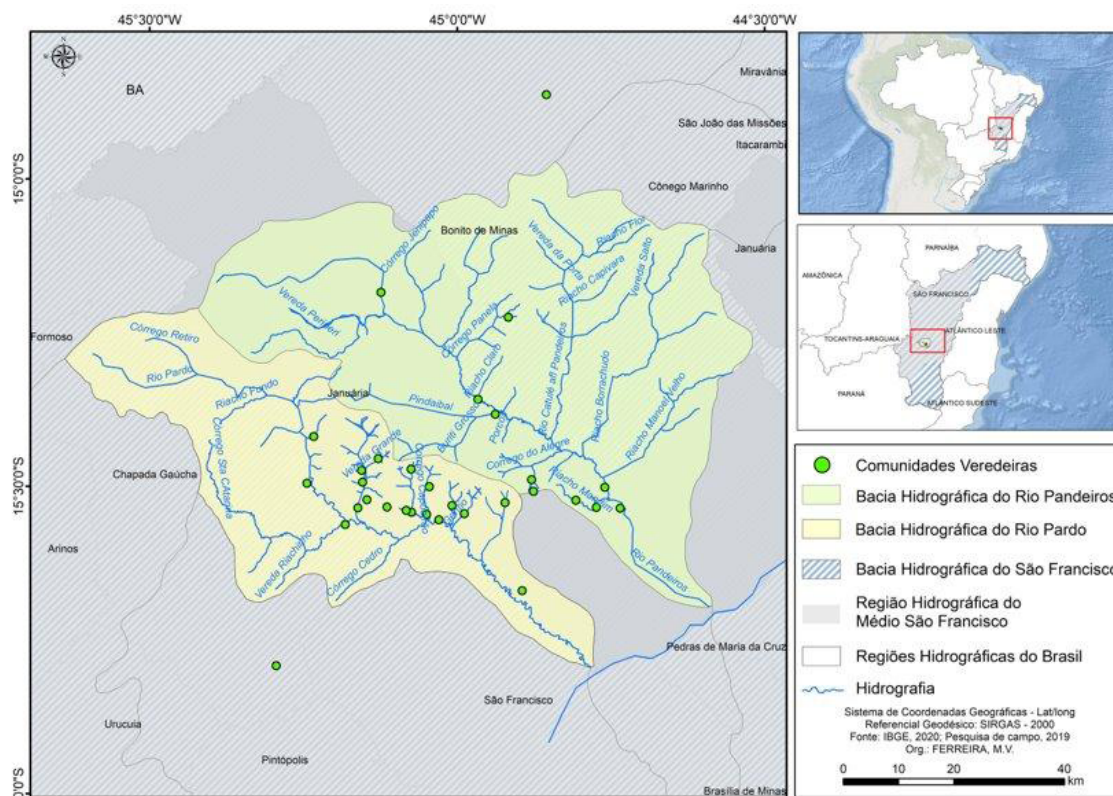


Figura 2 – Hidroterritório veredeiro. Imagem: Silva (2023).

Soma-se a isso que a distribuição dessas comunidades não se reduz às áreas de veredas, muito pelo contrário, abrange outros domínios que compõem aquilo que entendemos como o ambiente/território verdeiro. A figura 3 traz um recorte desses diferentes ambientes localizados entre os rios Pandeiros e Pardo.

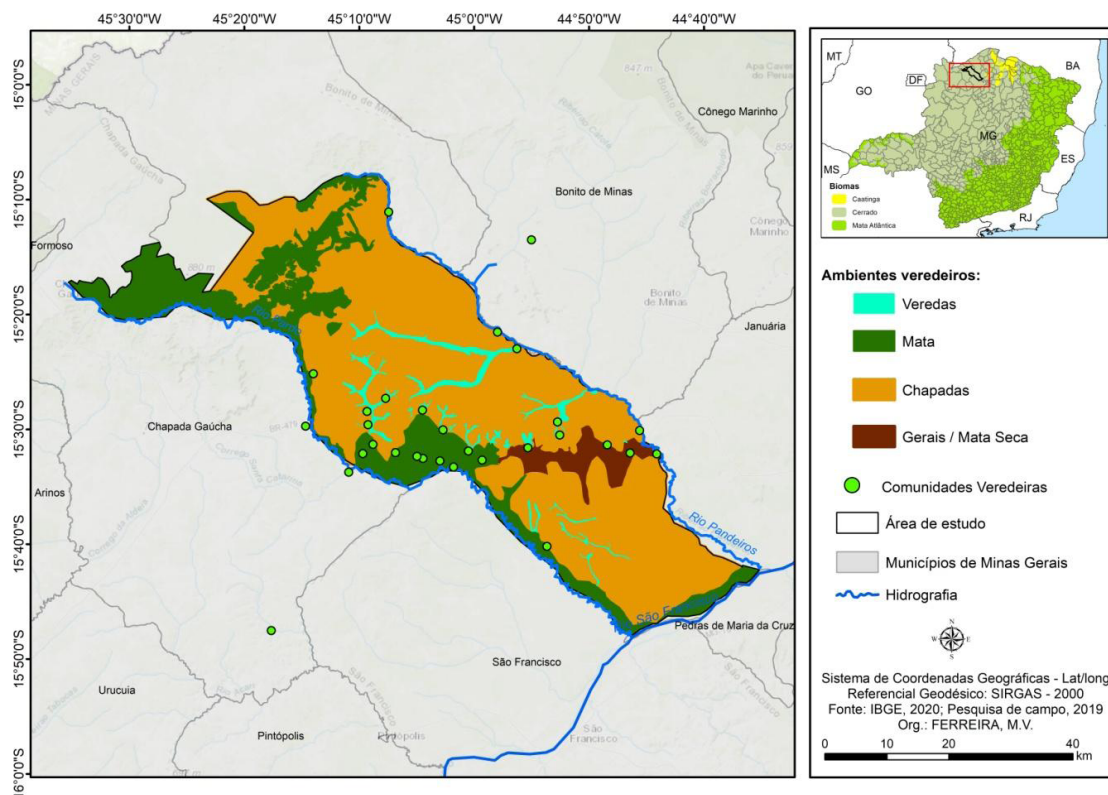


Figura 3 – Unidades do ambiente verdeiro e localização das comunidades. Imagem: Silva (2023).

Os gerais do Alto-Médio São Francisco – em particular a margem esquerda do rio – não foram marcados pelas grandes propriedades rurais (Ribeiro 2010). Devido às circunstâncias próprias em que imensas áreas de terras eram de livre acesso e a concentração fundiária era limitada pela própria dinâmica espacial dos sistemas de produção agrícola, configurou-se uma lógica fluida de ocupar espaços produtivos. Estar próximo a um olho d’água bastaria para que uma família pudesse fazer o uso combinado dos diferentes recursos de áreas de mata, vazante, brejo e chapadas, que, por se tratar de um espaço aberto de livre acesso, permitiria um sistema ultraextensivo de pecuária de solta a qualquer trabalhador, possibilitando assim a oportunidade de se tornar também um criador. Dessa maneira, a produção dessas comunidades vinculou-se de fato

ao conjunto dos ambientes e ao fluxo dos recursos disponíveis do que propriamente ao controle da terra enquanto propriedade ou especialização em um dado ecossistema, como comumente esses grupos são associados às veredas.

Os ambientes ocupados pelas comunidades veredeiras podem ser divididos entre quatro grandes áreas: **mata**, **tabuleiro** ou **terra mista**, **chapada** e **vereda**, cada uma dessas possuem diferentes variações que parecem se ampliar infinitamente, tamanha capacidade local em perceber nuances que para alguém de fora passaria despercebido. As comunidades não classificam um determinado ambiente de forma ampla e genérica,

como Cerrado, Caatinga, Mata Seca ou mesmo gerais, mas sim a partir de formas mais detalhadas levando em consideração todas as variedades observadas, tipos e misturas de solo, variedades vegetacionais, nas floradas, incidência de água, entre outros fatores.

Tomando como base a representação desses ecossistemas pelas comunidades estudadas, podemos subdividir esse ambiente entre áreas de matas, áreas de transição (tabuleiro, capão e terra mista), chapadas e veredas (pantâme), que irão mudar de acordo com a altitude e disponibilidade de água. A estruturação dessas diferentes variações pode ser observadas no Quadro 1 e na Figura 4.

Quadro 1 – Estratificação do ambiente das comunidades veredeiras (Silva 2023)

Classificação genérica	Divisão por altitudes	Divisão do Ambiente Veredeiro	Subsistemas	Variações de subsistemas
Cerrado/ Gerais	Terras baixas	Matas	mata ciliar	-
			mata de galeria	-
		Áreas de transição	tabuleiro	-
			capão	-
	Terras altas	Chapadas	terra mista/gerais	-
			carrasco	carrascão
				carrasquinho
			campina	-
		Veredas	vargem	-
			vereda/brejo	-
			pantâme	-

As áreas de mata, no contexto veredeiro, concentram-se às margens do rio Pardo. Em relação às chapadas, as áreas habitadas são justamente pela presença de água e proximidade com áreas de veredas, ricas em matéria orgânica, possibilitando o cultivo de alguns importantes gêneros alimentícios, como feijão, arroz, milho,

favas. Por outro lado, há sim áreas de chapadas com baixa disponibilidade de água de superfície. Dessa forma, ao criar determinados modelos para o ambiente pesquisado, é importante não generalizar, pois, devido à dimensão e complexidade do norte de Minas Gerais, cada ambiente construído em relação ao seu povo terá determinadas características.

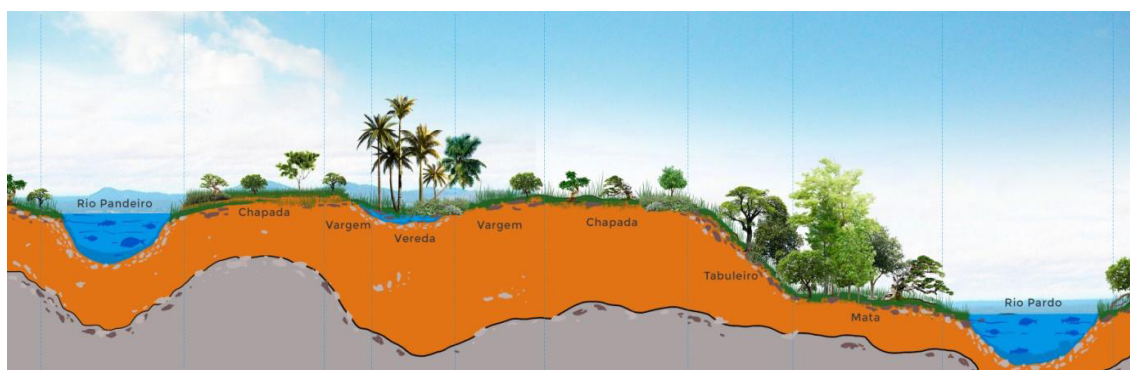


Figura 4 – Representação gráfica do ambiente veredeiro. Imagem: Silva (2023).

As comunidades veredeiras, quando se relacionam com esses diferentes ambientes, baseiam-se no uso combinado dessas áreas de acordo com o ciclo das águas distribuído durante os períodos de chuva e seca. Para os veredeiros e, talvez, para todo o semiárido, há basicamente duas estações: inverno (chuva – de outubro a março) e verão (seca – de abril a setembro).

As terras baixas são dominadas por áreas de mata e manchas de transição – capão, tabuleiro e terra mista. As áreas de **matas** margeiam o rio Pardo e são consideradas “terras de cultura” ou terras fortes. Observa-se que nesses espaços

as propriedades possuem menores dimensões e as divisões das terras concentram-se no núcleo familiar mais restrito, englobando aqueles indivíduos que mantêm relações consanguíneas de primeiro grau.

São nessas áreas que ocorre o cultivo das sementes crioulas. Prática comum entre as várias famílias é a troca de sementes. As sementes manejadas pelas comunidades são originárias de diversas localidades, adquiridas em diferentes situações, sendo estabelecida uma rede de intercâmbio. O fluxo de sementes ocorre desde trocas realizadas entre as famílias, dentro da

comunidade, entre comunidades vizinhas, com auxílio de instituições de acompanhamento técnico, parcerias e contato com outros movimentos sociais, até em eventos regionais e nacionais, onde se adquire, inclusive, sementes de outros biomas.

Em entrevista sobre as variedades de sementes manejadas na região, o Seu Vitro disse que, durante toda sua vida, sempre trabalhou com as sementes

antigas a partir da seleção dos melhores grãos, garantindo estocagem para o próximo ano.

O pessoal antigo plantava esse por nome de asteca e outro por nome de milho cunha. Esses milhos, eu ainda tenho a semente deles dois. Todo ano eu planto no meu quintal aqui, colho e guardo a semente dele. Quando chove, como agora, eu torno a plantar. Já o Agrocere⁶ não dá de um ano para o outro, porque apodrece. Dá um gorgulho esquisito (Seu Vitro, Barra do Tamboril, 16 de outubro de 2018).



Figura 5 – Troca de sementes entre Antônio Seiscentos, da comunidade de Capivara, e Jaime, da comunidade de Barra do Tamboril, Januária-MG. Imagem: Silva (2023).

Sobre a definição de **terra mista**, para as famílias veredeiras, trata-se de **gerais**. Desse modo, no contexto veredeiro, gerais é considerado uma unidade da paisagem e não uma vastidão de área, que, às vezes, se confunde com o próprio bioma Cerrado.

É uma terra que, mesmo localizada em campos do Cerrado, é considerada uma terra mais forte para a agricultura. Como não bastasse, na região do Mandins há muitas manchas de **Mata Seca**, definida como Floresta Estacional Decidual (Anaya et al. 2014).

6 As sementes de milho do tipo Agrocere⁶ veem sendo desenvolvidas desde 1945, constituindo os primeiros milhos híbridos do país. De acordo com o fabricante, trata-se de uma tecnologia que oferece segurança e precisão a partir da técnica de transgenia, melhoramento pontual no gene para aprimoramento de características específicas. Entre as promessas estão: facilidade de manejo, redução de custos, maior possibilidade de lucro, facilidade no controle de pragas, elevação de oferta alimentícia, “alimentos mais saudáveis”, “preservação do meio ambiente. Disponível em: <http://www.agrocere.net.br>. Acesso em: 26 ab. 2022.

Trata-se de um domínio de transição entre a Caatinga e o Cerrado. Não possui associação com cursos de água e ocorre nas áreas mais elevadas situadas entre vales, os interflúvios, denominados localmente como morros. É considerado como ambiente propício para criação de abelhas, uma vez que, por estar em uma

área de tensão ecológica, possui grande variedade de floradas ao longo de todo ano, com destaque para o mel de aroeira. Na comunidade de Cabeceira de Mandins, por exemplo, um único produtor – Toni Cigano – chega a produzir aproximadamente cinco toneladas/ano.



Figura 6 – Verificação e retirada dos quadros para extração de mel. Imagem: Silva (2023).



Figura 7 – Processo de desopercular os favos. Imagem: Silva (2023).

Saindo da região de mata, chega-se às terras altas, imensas áreas de chapadas que por sua vez se subdividem em outras tantas variações, onde também encontramos os ambientes de veredas. O conjunto desses ambientes pode ser entendido, com base em um olhar externo, a partir da generalização “gerais”, como comumente utilizado. Por outro lado, devido às particularidades do ambiente veredeiro, os grandes planaltos são sempre referidos como **chapadas**, muitas vezes com alta escassez de água, mas com a presença de diferentes gramíneas e com a predominância de vegetação arbórea esparsa.

São nas áreas de chapadas e campinas onde se concentram as principais terras de uso comum das comunidades veredeiras. É o local em que todas as famílias levam seus animais à solta, pois nessas áreas só é possível cultivar mandioca e capim. Diferentemente das áreas de mata, nas chapadas as famílias sempre mantiveram grandes extensões de terras, pois trata-se de áreas que não conheciam cercas. São terras que abrigam as redes familiares extensas, utilizadas por todos. Misturado a esses territórios há ainda as terras de ausentes, regiões que ninguém as reclamou formalmente e por anos

encontram-se apropriadas pelas famílias locais, fazendo parte das áreas de uso comum.

Desde ao menos o século XVII, uma das atividades de maior destaque nas áreas de chapada foi e continua sendo a criação de gado à solta em áreas coletivas. Para Diegues Júnior (1960), no Vale do São Francisco, o boi e a relação estabelecida com ele estão vinculados a uma “verdadeira consagração totêmica”. No caso das comunidades veredeiras, não é demasiado afirmar que o gado seria uma categoria de pensamento fundamental, que rege tanto o plano cotidiano econômico quanto os momentos rituais relacionados ao sagrado.



Figura 8 – Solta do gado em área de chapada. Imagem: Silva (2023).

Variações comuns dentro das áreas de chapadas são os **carrascos** e as **campinas**.

Podendo ser considerada uma continuidade das campinas e uma faixa mais próxima às veredas, observam-se as áreas de **vargem**. É uma

superfície de inundação nos períodos chuvosos e área de transição entre o brejo da vereda em direção à chapada.



Figura 9 – Roça de feijão em área de vazante de vereda. Imagem: Silva (2023).

Seu solo é basicamente areia com incidência de vegetação de pequeno porte como gramíneas, sem incidência de arbustos. Todavia, devido à alta incidência de matéria orgânica advinda das cheias das veredas são utilizadas como áreas para pequenas roças de feijão, milho e arroz. Depois das áreas de vargem chegamos às **veredas**, ambiente sagrado para as comunidades veredeiras, berço de todas as águas e mãe de todos os córregos e ribeirões desse ambiente. As veredas da região são diferenciadas entre veredas ou brejos e **pantâme** ou **pântano**. O que irá variar é a sua extensão, profundidade e a concentração da palmeira buriti (*Mauritia flexuosa*). Geralmente, o pantâme é tratado como a “mãe” de outras veredas da região. Nesse caso, deve-se

considerar também as redes de comunicação hídrica desses sistemas. Algumas das veredas consideradas pantâmes eram: Buriti Grosso, Sussarana, Papagaio, Galho de Dentro, Pindaibal, que por sua vez alimentavam outras veredas menores – cabeceiras de dezenas de córregos que desaguavam no rio Pardo e rio Pandeiros.

3. DESESTABILIZAÇÃO DE MUNDOS E TERRITÓRIOS EM DEVIR

Em sua análise sobre desenvolvimento, Escobar (2007) considera as práticas vinculadas às políticas desenvolvimentistas e suas formas de poder como equivalentes ao discurso colonial. Em se tratando dos contextos de violência ambiental sofridos pelas comunidades veredeiras, ao longo das últimas décadas, podemos perceber a sobreposição de perspectivas coloniais, como a própria carga que traz a categoria sertão, não como redução de um ambiente geográfico, mas como marcador ecológico e racial que reafirma ideias – vazio, selvagem, rústico, pobre, espaço livre – para projetos civilizacionais.

Historicamente, a definição de sertão origina-se da corruptela “desertão”, espaço sem gente, de natureza inóspita. Argumenta Ricardo Ribeiro que “desertar é apenas uma forma de deserdar seus habitantes, esvaziar é uma estratégia histórica para justificar a dominação: o que não é de ninguém

pode ser meu, precisa e deve ser apropriado por alguém de mérito” (2006: 6). Para o autor, o Cerrado e a Caatinga, construídos historicamente como ambientes desertados, passam a ser compreendidos como sendo de uma natureza menor, “mais que um desafio, uma ameaça a ser vencida, transformada à imagem e semelhança do universo civilizado” (Ribeiro 2006: 6).

Tal perspectiva é evidenciada ao analisarmos a temporalidade veredeira que marca a existência dessas comunidades a partir dos eventos vividos. Vejo duas formas delas dividirem sua percepção temporal. A primeira, a partir dos eventos associados às dinâmicas ambientais, como períodos prolongados de secas ou pelas dinâmicas das águas, por exemplo, as grandes cheias do rio São Francisco e seus tributários. Já a segunda baseia-se nos eventos ocorridos a partir da chegada de agentes externos (Estado e empresas) e a nova relação que se estabelece com o ambiente a partir de então. As intervenções técnicas tiveram como consequências danos profundos com efeitos não planejados que, de certa forma, romperam com o modo tradicional dessas comunidades se relacionarem com seu território, o que denomino, inspirado em Isabelle Stengers (2015), evento-catástrofe.

Definimos eventos como marcadores temporais. Max Gluckman (2010), a fim de compreender a

estrutura social da Zululândia moderna, dedicou-se a entender eventos sociais, tratados a partir da ideia de situações sociais, de modo a possibilitar a análise do sistema de relações subjacente entre estrutura social da comunidade, as partes dessa estrutura social, o meio ambiente e a vida fisiológica dos membros da comunidade. Para o autor, qualquer evento que envolva ou afete os seres humanos é social, desde a chuva ou o terremoto até o nascimento e a morte, o ato de comer e defecar, entre tantos outros, a lista seria infindável.

Por sua vez, Isabelle Stengers (2015), ao questionar os caminhos que levaram a humanidade à era do capitalismo financeiro e sua incapacidade de responder a qualquer uma das crises que tem como base a exploração descontrolada de recursos da Terra, sugere que vivemos no “tempo das catástrofes”. Trata-se de um modelo insustentável, no qual o futuro que se prepara está sob o signo da barbárie. O ser humano se tornou a força impulsionadora da degradação ambiental e o vetor

de ações que são catalisadoras de uma provável catástrofe ecológica. Catástrofe aqui pode ser entendida como evento que altera a ordem natural das coisas. Todavia, quando pensamos a nível planetário e nos processos antrópicos associados a esses eventos, a catástrofe deixa de ser algo abrupto e passa ser algo contínuo e permanente com momentos disruptivos, seguidos por períodos de acomodação, onde persiste sempre um estado de tensão frente à destruição permanente ou iminente.

Em relação ao caso veredeiro, alguns eventos passam a marcar a temporalidade dessas comunidades, servindo, inclusive, como marcadores de memória.

Assim, divido a temporalidade veredeira em quatro eventos que se dão de forma processual no tempo: o “tempo das divisões”; a “chegada das empresas” associada ao “tempo do carvão” e o atual, quando as comunidades locais se organizam como “movimento veredeiro”.

Temporalidade Veredeira



Figura 10 – Temporalidade veredeira. Imagem: Silva (2023).

4. NO TEMPO DAS DIVISÕES

É de conhecimento de todos aqueles que trabalham direta ou indiretamente no contexto dos conflitos fundiários brasileiros que a Lei de Terras de 1850 é sem dúvida um dos pilares da formação da propriedade privada no Brasil. Do mesmo modo, é base para as divisões ocorridas no norte de Minas entre as primeiras décadas do século XX e marco dos problemas vividos contemporaneamente em relação aos conflitos agrários.

Com a instauração da República e a vinculação das terras devolutas aos estados, uma estrutura técnico-burocrática foi montada para operacionalização daquilo que Costa (2017) denominou de “grilagem judicial”, que leva a um processo de “retaliação fundiária”. Trata-se de ações de expropriações territoriais legitimadas pelo poder público, que durante o século XX permitiram às elites locais e regionais se apropriarem das terras de uso comum e cercar as terras públicas devolutas.

A partir de genealogias, pesquisas em arquivos públicos e no cartório de Januária-MG (Silva 2023), podemos retroceder até meados dos anos de 1850 e encontrar informações com base em sobrenomes das principais famílias que compõem a cadeia dominial das áreas das antigas fazendas da região.

Diferentemente de outros contextos fundiários, fica evidente que as famílias veredeiras dominavam grandes extensões de terras que perpassavam diferentes ecossistemas, contribuindo com a noção de manejo interdependente.

No documento intitulado “Auto de Orçamento” de 1924 – a Fazenda Alegre é descrita como tendo um total de 25.083 ha, dos quais 800 eram terras de cultura e 24.283 terras de campo ou chapadas. Essas terras foram avaliadas pelos arbitradores da época por 30 mil réis o alqueire geométrico de cultura e por 10 mil réis o de campo.

Ponto interessante trazido pelos documentos da época diz respeito à quantidade de terras de **“ausentes, incertos e desconhecidos”**. Como já citado, trata-se de categoria fundamental para entendermos as áreas de uso comum utilizadas pelas comunidades veredeiras, áreas essas de grande importância para a dinâmica da criação de gado e extrativismo. Um total de **1.204,35 ha**⁷ foram classificados de tal modo, sendo que toda sua dimensão está localizada em áreas de campo/chapada. Dessa forma, se compararmos a localização dos núcleos familiares, percebemos que as famílias sempre buscam ocupar áreas que estão próximas às terras de cultura e veredas

7 Os valores foram calculados com base no “Quadro Demonstrativo” da divisão da fazenda Alegre, juntamente com os dados disponíveis pelos arbitradores que apontaram o valor de 30 mil réis para o alqueire geométrico de terras de cultura e 10 mil réis para o alqueire geométrico de terras de campo.

pela possibilidade de maior produção e acesso à água.

No “Quadro Demonstrativo” dos valores e honorários do serviço de agrimensura, temos importantes informações sobre as dimensões territoriais e valores cobrados pelos serviços do agrimensor. As terras de **Bernardo Gomes Negrão**⁸ somavam um total de **940,87 ha** e foram avaliadas em **2:064\$498** contos de réis, sendo que os honorários do agrimensor foram de **940\$870 réis**, algo próximo de **45% do valor total** de suas terras. Já as terras de **Cândida Alves** atingiam uma área de **343,67 ha** e foram avaliadas em **1:005\$876** contos de réis, levando em conta que o valor cobrado pelo honorário foi de **343.670 réis**, ou seja, **34% do valor total**. As terras de **Maria Rosa de Jesus** abrangiam uma área de **110,63 ha**, foram avaliadas por **228\$576 réis** e o valor dos honorários do agrimensor foram de **110\$630 réis**, aproximadamente **48% do valor total** das terras. Importante ressaltar que a variação dos valores se dá pela característica da terra, campo (chapadas) ou terra de cultura (mata). Todavia, chama a atenção os altos valores dos serviços do agrimensor se comparado com o preço final das áreas delimitadas.

Sobre a dinâmica deflagrada com a onda de medição das antigas fazendas da região, algo que podemos classificar como razão instrumental do Estado (Quijano 1988; Little 2003), é essencial notar a relação estabelecida entre agrimensores, estrutura cartorial local e prefeitura municipal. As famílias Castro e Lisboa⁹, grupos influentes ao longo da história de Januária, tiveram grande participação nas dinâmicas de terras envolvendo as comunidades veredeiras.

Na divisão da fazenda Alegre, fator primordial para atentarmos está nos valores cobrados pelo agrimensor das famílias que tiveram suas terras divididas. Muitas delas não tiveram condições de arcar financeiramente com os custos de regularização fundiária. Assim, essas famílias eram obrigadas a repassarem parte de suas terras aos agrimensores, advogados, donos de cartório ou qualquer outro intermediário que, por alguma razão, se achasse no direito de cobrar algum serviço burocrático. Esse movimento possibilitou grande concentração de terras pela elite política da região, abrindo caminhos para outras formas de “grilagem”, que passaram a ocorrer com a chegada das empresas na década de 1970 e 1980.

8 Bernardo Gomes Negrão é um dos ascendentes mais antigos das famílias da comunidade de Barra de Mandins.

9 O cartório de registro civil de Januária leva o nome de Cartório Mario José Lisboa que foi prefeito de Januária por vários mandatos: 1946-1947; 1948-1951; 1955-1958; e 1967-1970.

Os processos de divisão de terras ocorridos nos idos das décadas de 1920 e 1930 são, talvez, a primeira mudança drástica nas formas de se relacionar com o espaço/ambiente/território, principalmente no que tange à organização das terras de uso comum. O primeiro fato que se observa é que, mesmo as áreas coletivas, tinham sua dinâmica baseada nas relações familiares extensas e não aberta a qualquer membro da comunidade. O segundo ponto é que, não somente os indivíduos de fora passaram a ter documentos das terras, mas também membros das próprias comunidades as regularizaram no “tempo das divisões”, mesmo que tal regularização tenha fomentado a perda de grandes áreas. No entanto, inicia-se aí a construção de uma racionalidade institucional externa àquela das comunidades veredeiras que por gerações habitaram as terras livres. A chegada dos agrimensores e as novas exigências por parte do poder estatal trazem a ideia de “um sistema de ação racional”, que é incorporado como uma forma objetiva de construção da realidade. Arturo Escobar, ao se debruçar sobre a construção da realidade via mecanismos institucionais, chama a atenção para que tal discurso e ações não devem ser tomadas como “registros objetivos da realidade”, mas sim como mecanismos que contribuem para a

construção de formas de consciência baseadas em um contexto ideológico institucional e que formam uma realidade específica: “As categorias estão longe de serem neutras; ao contrário, incorporam relações concretas de poder e exercem influência direta sobre as próprias categorias por meio das quais estruturamos o pensamento e orientamos nossas práticas”¹⁰ (Escobar 2007: 189, tradução própria).

Nesse sentido, as categorias operadas são inventadas e mantidas pelas instituições sobre uma base contínua, como parte de um processo aparentemente racional, mas que no fim é fundamentalmente político. Desse modo, é notório que a Lei de Terras de 1850 serviu como instrumento objetivo para limitar o acesso formal de terras a grupos específicos da sociedade brasileira, entre eles indígenas, negros, camponeses, imigrantes e toda sorte de coletivos que não se enquadravam às pretensões das elites políticas nacional e locais. A mesma lógica ocorrerá com a chegada das políticas de desenvolvimento no sertão.

5. CHEGADA DAS EMPRESAS

A compreensão dos processos de violência e impacto ambiental, vividos pelas comunidades veredeiras ao longo das últimas décadas, só é possível

10 No original: “*las categorías no son para nada neutrales; antes bien, incorporan relaciones concretas de poder e influyen en las categorías con las que pensamos y actuamos*”.

a partir do entendimento das transformações e estratégias tecnológicas que fizeram do Cerrado uma espécie de laboratório para o desenvolvimento da indústria agrícola e siderúrgica contemporânea no Brasil. Tal movimento se insere internacionalmente naquilo que foi denominado Revolução Verde, compreendida aqui como parte da cosmologia do desenvolvimento que passa a ser propagada a partir dos idos da Segunda Guerra Mundial. Refere-se a mecanismos do que poderíamos chamar de “invenção de novas realidades” que passaram a moldar as ações políticas para países “em desenvolvimento”.

Carlos Walter Porto-Gonçalves chama a atenção de como as frentes desenvolvimentistas se globalizaram por meio dos agentes que se reafirmaram em escala mundial, entre eles oligarquias financeiras e industriais vinculadas aos grupos políticos de centros globais aliados com setores hegemônicos dos países “em desenvolvimento”, como as oligarquias latifundiárias, que, em países como o Brasil, se confundem com os setores industriais e gestores estatais e mesmo militares nacionalistas. Para esses grupos, a Revolução Verde surgiu como uma benção, abrindo caminho para uma modernização conservadora que contribuiu para maior concentração de terras, expulsão de pequenos produtores rurais, exploração profunda

e inconsequente de biomas como o Cerrado. No Brasil, destaca o autor, “mais uma vez, como desde sempre, a modernização foi colonização” (Porto-Gonçalves 2006: 25).

A partir da década de 1960, o Estado brasileiro e suas unidades federativas passaram a criar um corpo de agências públicas e uma série de programas com o objetivo de fomentar a modernização no campo, com especial atenção àquelas áreas tratadas como vazios demográficos, nesse caso, em particular, o Cerrado. Em Minas Gerais, a principal agência de fomento foi a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas), instituída através da Lei nº 4278, de 21 de novembro de 1966.

Alguns dos programas que tiveram impactos diretos na realidade veredeira foram o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), criado em 1971, serviu de base para o financiamento de compra de terras e investimentos em atividades agropecuárias; o **Programa Distritos Florestais**, do ano de 1974, foi instaurado em regiões de Cerrado tendo como objetivo ocupar áreas do Estado consideradas inaproveitadas, de modo a usufruir dos incentivos dos programas federais; o **Fundo de Investimento Setorial (FISSET)**, originado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, para financiar programas de

reflorestamento, turismo e pesca; e o **Programa Provárzea**, cuja produção era voltada para exploração de áreas pantanosas, nascedouros de córregos e rios com brejos e veredas.

Somente entre as regiões do norte de Minas Gerais e Jequitinhonha esses projetos atingiram a quantia de 1.118.000 ha de terras devolutas, que, consideradas como vazios demográficos, foram cedidas às empresas para exploração com contratos de arrendamentos provisórios que podiam variar de 20 a 30 anos (Chaves & Ribeiro 2014: 323).

Entre as empresas beneficiadas pelas políticas da Revolução Verde no Cerrado e que tiveram profundo envolvimento com a degradação dos territórios veredeiros, destacam-se o Grupo Plantar e a empresa Metalur, mais tarde renomeada e incorporada ao Grupo RIMA. No entanto, a atuação dessas empresas em Januária-MG não ocorreu via alienação de terras públicas, mas por aquisição de terras via contratos formais e informais facilitados por nomes importantes vinculados aos cartórios locais.

Entre as terras que as empresas passaram a explorar estão grandes áreas das antigas fazendas Alegre e Angico, sob o domínio do Grupo Plantar, que atuou principalmente com o plantio de eucalipto, e as áreas do Pindaibal e Buriti Grosso, sob o domínio da Metalur, que, por meio de pivôs, investiu principalmente no cultivo de grãos, como

arroz, feijão e milho, associando também com o plantio de eucalipto. Somente entre a Cabeceira de Mandins e as veredas de Buriti Grosso e Pindaibal, a empresa Plantar adquiriu uma área de aproximadamente 28 mil hectares.

O Pindaibal, Buriti Grosso e Alegre eram as mais importantes áreas de recargas de todo o complexo hídrico veredeiro, nascedouro de centenas de córregos e pequenas veredas. De acordo com estimativas locais, somente a vereda do Pindaibal ocupava uma área de mais de mil hectares, enquanto a vereda do Alegre se estendia por 12 km até desaguar no rio Pandeiro, como pudemos observar nos documentos de divisão das terras da fazenda Alegre.

A sistematização de várzeas para o plantio de grãos e das chapadas para o plantio de eucalipto converteu-se naquilo que denomino como evento-catástrofe, que mudou o ambiente e a realidade das comunidades veredeiras por meio de ações sociotecnológicas (Silva 2023). Trata-se de ações técnicas implementadas por empresas privadas e públicas que visavam ampla alteração e controle do ambiente. O manejo para aproveitamento das áreas de várzea se dava a partir do esgotamento de veredas e lagoas onde suas águas eram direcionadas via drenos para os rios mais próximos, culminando no que Tsing (2019) classificou como efeitos não planejados de um capitalismo feroz.

De acordo com levantamento realizado, a partir da cartografia social veredeira e do cruzamento com a base de dados do IBGE referente aos “Recursos Hídricos do Brasil”, foi possível localizar um total de 127 cursos d’água que compõem uma complexa rede hídrica, onde estão localizadas as comunidades veredeiras. Grande parte desses córregos, veredas e ribeirões fazem parte das bacias dos rios Pardo e Pandeiros. Esse levantamento foi classificado pelos veredeiros e colaboradores como “Obituário das Águas”, pois, desse total, 110 deles não mais existem ou estão gravemente comprometidos enquanto cursos d’água, tamanha a degradação sofrida, seja por danos diretos ou indiretos desde o tempo das empresas. Aqueles mananciais que ainda não secaram completamente, em períodos de estiagem, já não correm mais. Somente a área impactada pelas empresas Plantar e RIMA compreende um montante de 80.000 hectares que foram profundamente degradados pelos correntões e pelo carvoejamento. Nota-se que as terras estão concentradas nas áreas do Buriti Grosso, Pindaibal e Alegre, ou seja, as principais veredas mantenedoras dos demais cursos d’água. Outro ponto fundamental é que as terras exploradas, além de abrangerem as grandes áreas de chapadas e veredas mãe, também englobam as cabeceiras de importantes córregos

que nomeiam as diversas comunidades veredeiras. Muitos deles mortos.

6. OURO NEGRO: O CICLO DO CARVÃO

Com a chegada das empresas agro-siderúrgicas-florestais, além do esgotamento das principais veredas e supressão de vegetação nativa de milhões de hectares de chapadas, iniciou-se também o ciclo de produção de carvão. De acordo com os relatos dos moradores, a prática de produção carvoeira não existia na região até os anos de 1980. As famílias veredeiras não tinham nenhum conhecimento sobre as formas produtivas e gestão de fornos. Não sabiam sequer construí-los para a queima da madeira nativa. Toda a produção de carvão tinha como principal finalidade a alimentação dos autofornos da indústria siderúrgica da região central de Minas Gerais e era destinada para localidades como Sete Lagoas, Curvelo, Vale do Aço, Timóteo.

Podemos dividir a produção de carvão na região veredeira em três períodos. O primeiro referente à derrubada do Cerrado para plantação de eucalipto, onde parte das madeiras nativas foi transformada em carvão. O segundo, quando as empresas passaram a utilizar do próprio eucalipto. Até aqui o *carvoejamento* era, em grande parte, restrito somente às empresas. No terceiro período, observa-se o abandono da produção carvoeira por parte das empresas e a produção passa a ser

predominantemente realizada pelas pessoas de fora, que vieram para trabalhar nas baterias de fornos de carvão e ali se estabeleceram, e pelas famílias veredeiras, que passaram a manter pequenas produções com a derrubada, muitas vezes, das madeiras de suas próprias terras.

Em decorrência da produção de carvão pelas firmas, as famílias locais, que trabalhavam na cata dos garranchos e queima em coivaras, aprenderam também a construir seus próprios fornos e produzir seu próprio carvão. Os fornos construídos e o carvão produzido pelas famílias das comunidades eram em suas terras, a partir da derrubada da vegetação nativa. Na produção de carvão da região, a produção familiar era marginal, quando comparada à estrutura das firmas. Cada família geria de um a quatro fornos, e essas pequenas quantidades também eram compradas pelas empresas, fomentando aumento significativo do fluxo de dinheiro entre as famílias veredeiras.



Figura 11 - Fornos de carvão com destaque para forno infantil. Imagem: Silva (2023).

A partir desse período, observa-se um aumento vertiginoso na produção de carvão na região, o que ficou conhecido como “*a febre do carvão*”. Muitas vezes, ao se referirem à produção de carvão, os moradores passaram a tratar a prática como “*ouro negro*”, devido ao caráter ludibriador vinculado à facilidade de dinheiro rápido do que propriamente pelo valor verdadeiro da produção.

Mesmo com a grande produção de carvão, as famílias locais entraram em um ciclo de precarização econômica, pois, submetidos à rede clandestina de produção e escoamento do carvão, o retorno passou a ser cada vez menor. Há relatos que afirmam que muitas famílias chegavam a passar fome e se endividarem, visto que os carvoeiros só pagavam depois que os caminhões buscavam as fornadas. No entanto, as famílias já se encontravam endividadas com os mercados locais, por conta das compras realizadas de antemão, mercados esses também de propriedade dos mesmos carvoeiros.

Todavia, o *boom* do carvão e produção de grãos produzidos empresarialmente durou um curto espaço de tempo, até 1987, pois, por um lado, os incentivos públicos para o setor diminuíram expressivamente, por outro, as grandes extensões de áreas reflorestadas e destinadas à lavoura não renderam alta produtividade para as empresas.

De acordo com informações disponibilizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do

Carvão (Minas Gerais 1996), em Minas Gerais, entre 1960 e 1994, foram plantados 1.900.000 ha de florestas de eucalipto, a maioria dessas concentradas no norte de Minas Gerais. Do total, 500.000 ha foram plantados com recursos da iniciativa privada e 1.400.000 ha com incentivos fiscais que se extinguíram em 1986, como já apontado. De acordo com depoimento à CPI do Carvão, o presidente da Associação Brasileira de Florestas Renováveis (Abracave), Marco Aurélio Andrade Correia Machado, informou que à época da investigação, 1995, o setor siderúrgico comprava nos municípios do norte de Minas R\$ 200.000,00 de carvão/dia e que, após a queda dos incentivos para o setor de reflorestamento, em 1986, o consumo de madeira se voltou para as matas nativas. No entanto, uma informação não apresentada era de que a produção desse carvão se dava de forma clandestina, via pequenos produtores inseridos em uma rede de dependência que passou a ser conhecida como a “Máfia do Carvão”.

A continuidade da produção do carvão deixou de ser realizada nas grandes baterias de fornos e passou a ocorrer nas próprias comunidades. Essa mudança possibilitou não só a continuidade da produção de carvão para alimentação dos altos fornos, mas também a continuidade da profunda degradação ambiental. Em meados 2005 foram identificadas as carvoarias clandestinas existentes dentro do perímetro da bacia do rio Pandeiros.

Foi contabilizado um total de aproximadamente 1.800 fornos de produção de carvão, em sua totalidade tratava-se de pequenas produções que não ultrapassavam 04 fornos por família.

Apesar da intervenção do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), a produção do carvão clandestino ainda se encontra como um dos principais agentes de destruição das áreas de chapada da região. A organização se dá por meio de diferentes agentes a nível local, municipal e estadual e que atualmente já possuem entrada, inclusive no poder executivo e legislativo municipal.

7. O MOVIMENTO VEREDEIRO

Ao analisarmos os danos provocados desde os anos 1980, percebemos que se deram de forma direta, com a supressão vegetal e drenagem dos principais corpos d’água do território, e indireta, dispersas no decorrer de décadas afetando os regimes hídricos, pois, em decorrência do primeiro movimento, os demais córregos e veredas acusaram o impacto poucas décadas depois. É com base nesses acontecimentos que se observa o agravamento dos conflitos socioambientais na região e a reivindicação de direitos pelas comunidades tradicionais, entre os quais seus direitos ao território e à conservação dos mananciais de água. O processo de mobilização do conjunto de comunidades veredeiras se deu com o

movimento de retomada da área da Fazenda Alegre/Angicos, em 2017. A área que passou a ser nomeada como “Território Veredeiro Berço das Águas” se encontra sob domínio da empresa Plantar, que desde 2009 negocia Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), referente à multa por passivos ambientais - Inquérito Civil nº 0352.08.000015-6.

As negociações se arrastaram de 2005, ano da denúncia, até meados de 2014, quando o Ministério Público de Minas Gerais, Plantar e Instituto Estadual de Florestas triangulavam como principais agentes da negociação. As comunidades interessadas estavam excluídas do debate. Todavia, na madrugada de 29 de setembro de 2017, em consequência da morosidade do trâmite legal, 130 famílias das comunidades de Barra do Pindaíbal, Poções, Brejinho, Capoeirão, Barra do Tamboril, Cabeceira de Mocambinho e Capivara montaram acampamento na Fazenda do Alegre. Dava-se início à retomada do território tradicional das “comunidades das veredas”, expropriadas durante a década de 1980 pelas empresas do setor siderúrgico, entre elas a Plantar.

Vale ressaltar que, no decorrer do processo de retomada, as comunidades envolvidas sentiram necessidade de se diferenciar do Movimento Geraizeiro, que servira como apoio estratégico e político para tal mobilização. Perceberam que,

apesar de compartilharem uma série de práticas em relação ao Cerrado, as trajetórias coletivas e as experiências com porções específicas do ambiente levaram à necessidade de diferenciação desses grupos. Assim, essas comunidades, inicialmente identificadas como geraizeiras, passaram a compor o discurso em que a principal referência identitária e territorial era baseada nas relações com as veredas, sendo que o esforço empreendido junto a esse ecossistema passa a ser a preservação das nascentes e olhos d’água que estão diretamente vinculados ao regime hídrico do próprio Gerais. Desde então, as comunidades veredeiras se encontram no processo de elaboração política via autorreconhecimento, em que se identificam como povos veredeiros do norte de Minas e sustentam a bandeira “Movimento veredeiros: guardiões das águas”, também fundaram a Associação Central Veredeiras (Acever), instituição que busca representar as comunidades veredeiras do norte de Minas. Atualmente estão distribuídas entre os municípios mineiros de Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco e Cônego Marinho.

Como já apontado por Klaas Woortmann (2018), em momentos de crise aguda numa ordem social, os valores tradicionais, como os que sobem à consciência e o que era dado como ordinário, tornam-se mais intensamente pensados e transformados em ação. É durante esse processo de

entrada na disputa junto ao Termo de Ajustamento de Conduta e organização da retomada da área da fazenda Alegre/Angicos que as comunidades da região passam a se autorreconhecerem como veredeiras. Dessa forma, a ocupação é o marco do engajamento político dessas comunidades.

As estratégias de retomada e autodemarcação são formas de resistência instituídas, pelo menos, desde a década de 1970 e vêm se ampliando como estratégia de resistência entre segmentos identitários e coletivos (Brasileiro & Sampaio 2012). Trata-se de experiências de apropriação e reapropriação de terras camponesas, indígenas, quilombolas que se interpõem às expropriações e degradações causadas pelos fluxos de um capitalismo neoliberal. Configuram-se em estratégias contemporâneas de intervenção política específica que os povos e comunidades tradicionais vêm executando nas últimas décadas em busca da regularização fundiária, visando à defesa e/ou recuperação dos seus territórios. Podemos compreender as ações de retomada e autodemarcação como práticas pedagógicas, nos termos de Daniel Munduruku (2012), apreendidas a partir da experiência acumulada em rede, onde comunidades se qualificam e criam possibilidades de desenvolverem ações para conquista de direitos ou mesmo criação de novos direitos. No entanto, muitas vezes, essas retomadas e autodemarcações

ocorrem em ambientes altamente perturbados, degradados, diferentes daqueles de décadas atrás.

Todavia, como ponderou Appadurai (2015), realidades como o aquecimento global, a degradação, a extinção de biomas inteiros e a experiência humana potencialmente breve, como arquitetos centrais do futuro e da natureza, são elementos fundamentais para concebermos a construção, inclusive, de uma antropologia sensível, não somente às tradições de um passado que se mantêm atualizadas no presente, mas para as formas colaborativas, os encontros e alianças entre diferentes grupos humanos e não humanos que apontam para tradições projetadas para o futuro. Ou, como defendido por Tsing (2019), trata-se da *ressurgência* de novos mundos, a partir do que chamou de *contraentropia*, a reorganização de paisagens/ambientes e povos nos escombros ecológicos e sociais produzidos pelo capitalismo. A extinção do Cerrado enquanto bioma não é necessariamente o fim do mundo veredeiro, pois, nos últimos 30 anos, essas comunidades habitam as ruínas daquilo que antes era seus ambientes/territórios. A reivindicação de ambientes altamente perturbados por intervenções de um capitalismo feroz, que mudou as dinâmicas ecológicas daqueles lugares, os quais, muitas vezes, nem o conhecimento local sabe lidar com tais perturbações, aponta para um território tradicional em constante processo de construção que se projeta no tempo. O território

tradicional veredeiro está sendo construído a partir de percepções, negociações e incorporações de novas formas de conhecimento associadas às experiências acumuladas ao longo da relação política e ecológica no seu território e no mundo. Trata-se também de um território em devir.

8. REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas. 2005. Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil. *Cadernos de Recursos Hídricos*.

Almeida, Mauro William Barbosa de. 2007. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *RURIS*. 1(2): 157-188. <https://doi.org/10.53000/rr.v1i2.656>

Anaya, Felisa, Espírito-Santo, Mário, Barbosa, Rômulo Soares, e Oliveira, Daniel Coelho de. 2014. *De Gentes, Plantas e Bichos: diversidade e conservação nas Matas Secas do norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes.

Appadurai, Arjun. 2015. *El futuro como un hecho cultural*. México: Fondo de Cultura Económica.

Barbosa, Altair Sales. 1995. Peregrinos do Cerrado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. (5): 159-193. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1995.109234>

Brasileiro, Sheila e Sampaio, José Augusto Laranjeiras. 2012. Estratégias de negociação e recomposição territorial Kiriri, in Índios e caboclos: a história recontada. Organizado por Carvalho, Maria Rosário de e Carvalho, Ana Magda, pp. 147-166. Salvador: EDUFBA.

Carneiro da Cunha, Manuela. 2012. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. *Revista de Antropologia*. 55(1): 439-464. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2012.46971>

Chaves, Luiz Antônio e Ribeiro, Luiz Gustavo Gonçalves. 2014. Os atos ilícitos praticados no âmbito do reflorestamento no norte de Minas Gerais e Alto Jequitinhonha: estudo de caso e repercussão penal. *Veredas do Direito*. 11(21): 317-339. <https://doi.org/10.18623/rvd.v11i21.425>

Costa, Sandra Helena Gonçalves. 2017. “Recantilados” entre o direito e o rentismo: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

Dayrell, Carlos Alberto. 1998. Geraizeiros e Biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação de Mestrado, Universidade Internacional de Andalucia, Curso Maestria en Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible, Espanha.

Diegues Júnior, Manuel. 1960. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

Escobar, Arturo. 2007. *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana.

Galizoni, Flávia Maria. 2000. A Terra Construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

Gluckman, Max. 2010. Análise de uma situação social na Zululândia moderna, in *Antropologia das sociedades contemporâneas*. Organizado por Feldman-Bianco, Bela, pp. 237-265. São Paulo: UNESP.

Ingold, Tim. 2004. Two reflections on ecological knowledge, in *Nature Knowledge: ethnoscience, cognition, identity*. Organizado por Ortalli, Gherardo e Sanga, Glauco, pp. 301-311. New York: Berghahn.

Ingold, Tim. 2016. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*. 39(3): 404-411. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.3.21690>

Kolbert, Elizabeth. 2015. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Lewontin, Richard. 2002. *A tripla hélice: gene, organismo e ambiente*. São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1998)

Little, Paul E. 2003. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*. 28(1): 251-290. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>

Minas Gerais. 1996. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar Denúncias Contra A Chamada “Máfia Do Carvão”*. Minas Gerais: Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Munduruku, Daniel. 2012. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas.

Nogueira, Mônica. 2017. *Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade dos Gerazeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília: Mil Folhas.

Peirano, Mariza Corrêa. 2009. Etnografia, ou a teoria vivida, in *Desigualdade e diferença: a antropologia e os dilemas do multiculturalismo*. Organizado por Langdon, Esther e Kelly, J., pp. 105-122, Rio de Janeiro: Contracapa.

Pierson, Donald. 1972. *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: SUVALE.

Porto-Gonçalves, Carlos. 2006. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Quijano, Aníbal. 1988. *Modernidad, identidad y utopia en América Latina*. Lima: Sociedade e Política Ediciones.

Ribeiro, Eduardo Magalhães (Org.). 2010. *História dos Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Ribeiro, Ricardo Ferreira. 2006. *Sertão, Lugar Desertado: o Cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica.

Silva, Breno Trindade da. 2022. Povos e Comunidades Tradicionais: algumas considerações sobre processos políticos e ecológicos. *Dossiê - Povos e comunidades tradicionais - desafios para as Ciências Sociais*. 4(1): 7-31. <https://doi.org/10.5752/P.2595-7716.2022v4n1p7-31>

Silva, Breno Trindade de. 2023. O tradicional como perspectiva de futuro: relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras do Norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Brasília-DF.

Stengers, Isabelle. 2015. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify.

Tsing, Anna. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multispecies no Antropoceno*. Brasília, IEB Mil Folhas.

Woortmann, Klaas. 2018. “Com parente não se negueia”. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, 12(1): 11-73. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>